



MINISTÉRIO  
PÚBLICO  
DE CONTAS  
ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO

1ª Procuradoria de Contas

## EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Processo TC n°:** 02423/2021-5  
**Classe:** Prestação de Contas Anual de Prefeito  
**Exercício:** 2020  
**Unidade Gestora:** PMMF – Prefeitura Municipal de Muniz Freire  
**Relator:** Rodrigo Coelho do Carmo  
**Responsável:** Carlos Brahim Bazzarella, Evandro Paulucio

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pelo Procurador abaixo subscrito, no uso de suas atribuições institucionais, com fulcro no art. 130 da Constituição Federal c/c art. 3º, inciso II, da Lei Complementar n. 451/2008, manifesta-se nos seguintes termos.

Tratam os presentes autos de Prestação de Contas Anual de responsabilidade dos ex-Prefeitos do Município de Muniz Freire, Srs. Carlos Brahim Bazzarella e Evandro Paulucio, referente ao exercício financeiro de 2020.

Após o envio do feito à essa e. Corte e finalizadas as instruções necessárias pelas áreas técnicas competentes, foi emitida a Instrução Técnica Conclusiva 04378/2022-1 na qual se recomendou a REJEIÇÃO das contas por força da manutenção dos indicativos de irregularidade de números 9.2 e 9.4 da ITC, os quais corresponderiam à grave infração à norma legal, com repercussão em contas de governo.

Outrossim, a área técnica ainda propôs o encaminhamento de cientificações ao atual gestor do Município de Muniz Freire para que este tome conhecimento da necessidade de adaptações e correções a serem realizadas nas próximas prestações de contas.

---

Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo  
Rua José Alexandre Buaiz, 157 – Enseada do Suá - Vitória/ES  
CEP 29.050-913 Fone: (27) 3334-7671



Vieram, então, os autos a esta Procuradoria de Contas para emissão de parecer.

Pois bem.

Compulsando os autos, verifica-se que a Instrução Técnica Conclusiva é consentânea ao posicionamento do Ministério Público de Contas, motivo pelo qual, independentemente de transcrição, passa a fazer parte integrante deste pelos fundamentos de fato e de direito ali deduzidos.

De fato, as irregularidades consubstanciadas na “Insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente de excesso de arrecadação e de superávit financeiro” e na existência de “déficit financeiro em diversas fontes de recursos” demonstram violação direta ao art. 43, §1º, inciso I<sup>1</sup> e §2º Lei 4.320/64 e aos arts. 1º<sup>2</sup> e 8º<sup>3</sup>, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000, configurando-se grave infração às normas que balizam o direito financeiro e as finanças públicas no Brasil.

---

<sup>1</sup> Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

(...)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

<sup>2</sup> Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

<sup>3</sup> Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.



MINISTÉRIO  
PÚBLICO  
DE CONTAS  
— ESTADO DO —  
ESPÍRITO SANTO

1ª Procuradoria de Contas

---

Isto posto, anui o **Ministério Público de Contas** integralmente à proposta contida na Instrução Técnica Conclusiva 04378/2022-1, pugnando pela emissão de Parecer Prévio recomendando a **REJEIÇÃO** das contas prestadas pelos Srs. Carlos Brahim Bazzarella e Evandro Paulucio referente ao exercício financeiro de 2020 do Município de Muniz Freire, sem prejuízo às proposições indicadas na ITC.

Vitória, 6 de fevereiro de 2023.

**LUIS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA**  
Procurador de Contas

---

**Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo**  
Rua José Alexandre Buaiz, 157 – Enseada do Suá - Vitória/ES  
CEP 29.050-913 Fone: (27) 3334-7671